



SIMULADO ESPECIAL

ISS RJ

**Analista de Planejamento e Orçamento
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial - ISS RJ - Analista de Planejamento e Orçamento

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS-RJ (Analista de Planejamento e Orçamento);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-04-06>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|-------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 27 - ABCDE | 53 - ABCDE | 79 - ABCDE | 105 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 28 - ABCDE | 54 - ABCDE | 80 - ABCDE | 106 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 29 - ABCDE | 55 - ABCDE | 81 - ABCDE | 107 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 30 - ABCDE | 56 - ABCDE | 82 - ABCDE | 108 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 31 - ABCDE | 57 - ABCDE | 83 - ABCDE | 109 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 32 - ABCDE | 58 - ABCDE | 84 - ABCDE | 110 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 33 - ABCDE | 59 - ABCDE | 85 - ABCDE | 111 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 34 - ABCDE | 60 - ABCDE | 86 - ABCDE | 112 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 35 - ABCDE | 61 - ABCDE | 87 - ABCDE | 113 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 36 - ABCDE | 62 - ABCDE | 88 - ABCDE | 114 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 37 - ABCDE | 63 - ABCDE | 89 - ABCDE | 115 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 38 - ABCDE | 64 - ABCDE | 90 - ABCDE | 116 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 39 - ABCDE | 65 - ABCDE | 91 - ABCDE | 117 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 40 - ABCDE | 66 - ABCDE | 92 - ABCDE | 118 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 41 - ABCDE | 67 - ABCDE | 93 - ABCDE | 119 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 42 - ABCDE | 68 - ABCDE | 94 - ABCDE | 120 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 43 - ABCDE | 69 - ABCDE | 95 - ABCDE | 121 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 44 - ABCDE | 70 - ABCDE | 96 - ABCDE | 122 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 45 - ABCDE | 71 - ABCDE | 97 - ABCDE | 123 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 46 - ABCDE | 72 - ABCDE | 98 - ABCDE | 124 - ABCDE |
| 21 - ABCDE | 47 - ABCDE | 73 - ABCDE | 99 - ABCDE | 125 - ABCDE |
| 22 - ABCDE | 48 - ABCDE | 74 - ABCDE | 100 - ABCDE | 126 - ABCDE |
| 23 - ABCDE | 49 - ABCDE | 75 - ABCDE | 101 - ABCDE | 127 - ABCDE |
| 24 - ABCDE | 50 - ABCDE | 76 - ABCDE | 102 - ABCDE | 128 - ABCDE |
| 25 - ABCDE | 51 - ABCDE | 77 - ABCDE | 103 - ABCDE | 129 - ABCDE |
| 26 - ABCDE | 52 - ABCDE | 78 - ABCDE | 104 - ABCDE | 130 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

01. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) Todos desejavam que o fim estivesse próximo
- b) Dos colaboradores, ficaram aqueles que mais se dedicavam.
- c) Pensou ter ouvido barulho vindo dos fundos da casa.
- d) Ainda que saudável, permanecia cauteloso.
- e) Arrancaram-lhe os cabelos.

02. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o sinal grave indicativo da crase deve ser empregado na palavra destacada em:

- a) Parece que as principais economias do mundo são favoráveis a questão da sustentabilidade.
- b) A pandemia mostrou que as lideranças mundiais estão obrigadas a trabalhar em conjunto
- c) O auxílio financeiro governamental deve ser direcionado a quem mais foi atingido pela crise da Covid.
- d) O problema da mudança climática é anterior a debates sobre crise econômica.
- e) Por razões geoclimáticas, o Brasil é um dos países habilitados a investir em geração de energia limpa.

03. Todas as frases abaixo foram passadas para a voz passiva; a frase em que essa passagem foi feita de forma adequada (com respeito à estrutura original) é:

- a) A nova política inaugurou essa forma de sociabilidade. / Essa forma de sociabilidade foi inaugurada por uma nova política.
- b) Os candidatos, que estavam nervosos, iniciaram a prova. / A prova foi iniciada pelos candidatos que estavam nervosos.
- c) Governos de vários países firmaram contrato com a iniciativa privada. / Contrato com a iniciativa privada foi firmado por governos de vários países.
- d) Para inaugurar o novo espaço, os empresários garantiram a presença de diversos artistas / A presença de diversos artistas foi garantida pelos empresários para a inauguração do novo espaço.
- e) As fábricas canadenses estabeleceram novas regras de contratação. / Novas regras de contratação foi estabelecida pelas fábricas canadenses.

04. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Aqueles artistas moram à rua do Ouvidor.
- b) Ele não vai ajudar-me com a pesquisa acadêmica.
- c) Pediria-lhes tudo quanto desejasse.
- d) Viajei para informar-lhes de que a situação não mudou.
- e) Assim que concluiu seu mandado de prefeito, candidatou-se novamente a senador.

05. Assinale a opção em que a reescritura da frase inicial está correta.

- a) Respeitemos a nós como aos demais. / Respeitemos-nos como aos demais.
- b) Um presente de quem quer muito a você. / Um presente de quem lhe quer muito.
- c) Eles sempre acompanham os novos empregados. / Eles sempre acompanham-nos.
- d) Obedeço aos meus pais por respeito. / Obedeço-os por respeito.
- e) Preciso dos amigos por perto. / Preciso-lhes por perto.

06. Assinale a alternativa que apresenta estruturas paralelísticas.

- a) Para esquecer o presente, vive-se o passado.
- b) O mestre transmite sabedoria; o aprendiz a busca.
- c) Para vencer é preciso ter determinação e que se tenha disposição.
- d) As metas de sustentabilidade foram reformuladas.
- e) Pelos rios se chega ao mar; pelos nativos, caminhos são construídos.

07. A frase abaixo em que foi corretamente indicado o termo referido pelo vocábulo em destaque é:

- a) Prefiro usar os dados a deixá-los sem aplicabilidade / dados
- b) Todos sabiam onde o investimento era melhor aplicado / investimento
- c) Desorganização é um defeito que deve ser avaliado / desorganização.
- d) Disseram que eles não venceriam a competição / disseram
- e) Estude os novos modelos de negócios e certamente os dominará / negócios

TEXTO PARA AS QUESTÕES 8, 9 E 10

Depois de um ano de festa para muitos burocratas do governo que voaram em missões oficiais e até foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos, a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça, controlando o destino do orçamento público.

Além de obrigar os agentes públicos a divulgarem suas agendas de trabalho pelo sistema e-Agendas, o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas e, em caso de recebimento de presentes, que o agrado também seja detalhado na plataforma.

As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema. “O e-Agendas será disponibilizado, gerenciado e mantido pela Controladoria-Geral da União. Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta, em transparência ativa e em formato aberto, pelo período mínimo de cinco anos”, diz a CGU.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna>. Adaptado.

08. Assinale o trecho do texto em que ocorre uma avaliação do autor sobre o tema tratado.

- a) “a CGU decidiu recentemente estipular regra para colocar alguma ordem na bagunça”
- b) “o órgão determinou que as audiências com representantes de empresas privadas sejam divulgadas”
- c) “Os registros deverão permanecer disponíveis para visualização e consulta”
- d) “As viagens realizadas no exercício da função pública também precisarão constar no sistema”
- e) “foram fotografados em momentos de lazer nesses compromissos”

09. No texto, observemos os seguintes exemplos: "agendas de trabalho" e "recebimento de presentes". Nos dois segmentos há o emprego da preposição DE, sendo que só no segundo caso ela é obrigatória, já que é exigida pelo verbo anterior.

A frase abaixo em que a preposição DE é exigência de um termo anterior é:

- a) Sua presença será de grande ajuda.
- b) O sistema de informações de diversas empresas está fora do ar.
- c) Havia grande aglomeração antes do início da partida de futebol.
- d) Esse era o sentimento presente em todos que estavam longe de casa.
- e) Especialistas dizem que móveis de madeira duram mais.

10. A principal intenção do texto é

- a) descrever o funcionamento do sistema e-Agendas.
- b) denunciar o mau uso do dinheiro público.
- c) narrar o comportamento antiético de agentes públicos.
- d) estabelecer a função da CGU no que tange à atividade de controladoria.
- e) noticiar medidas de controle dos gastos públicos.

11. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) O servidor que chegou atrasado recebeu advertência.
- b) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- c) Os relatórios sigilosos chegaram quando todos já estavam na repartição.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

12. A impessoalidade pode ser construída em língua portuguesa com o pronome SE, no entanto nem todo vocábulo SE possibilita essa impessoalidade. Assinale a alternativa em que essa partícula NÃO apresenta essa função.

- a) Acreditava-se que a transparência dos gastos prejudicaria a segurança da instituição.
- b) Naquele ano, fez-se o maior festival gastronômico da história do país.
- c) Aquele espaço não era bem avaliado; reclamava-se de superlotação.
- d) Dorme-se melhor quando há a prática de atividades físicas.
- e) A reunião durou quase toda a manhã; tratava-se do futuro da empresa.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 13 e 14

UMA LUTA QUE É DE TODOS

Marina foi, no fim de semana, almoçar em um restaurante e lá foi picada por mosquito. Em outro dia, almoçando na própria casa, no terraço, 16º andar, foi picada por mosquito. Da sua família de quatro pessoas, duas já tiveram dengue. Os mosquitos reinam em toda parte.

Muitas pessoas não acreditam nas epidemias. Será esse modo de pensar que faz com que joguem lixo no terreno atrás da própria casa ou usem o próprio quintal para desovar qualquer tranqueira? Na luta contra o mosquito, Oswaldo Cruz retirou 36 carroças de lixo de casas e terrenos! Mas isso foi no século passado. De lá para cá, a cidade só cresceu, e o lixo com ela.

O combate a um mosquito não pode ter início quando ele começa a plantar bebês microcéfalos nas estatísticas do país. Aí já é tarde. Uma guerra que se pretende ganhar teria que ter começado dotando de esgoto as moradias, recolhendo o lixo regularmente, e tornando cada cidadão moralmente consciente da sua importância numa luta que é de todos.

(Marina Colasanti. Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com>.

Acesso em: 03.10.2017. Adaptado)

13. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- a) Marina não toma atitudes preventivas para deter o mosquito.
- b) A ação de Oswaldo Cruz foi inútil para a contenção do mosquito.
- c) A atitude das pessoas favorece o surgimento dos mosquitos.
- d) Marina frequenta lugares que deixam água parada.
- e) Fazer a gestão correta do lixo não traz impactos positivos para conter o mosquito.

14. Depreende-se, a partir da leitura do primeiro período do último parágrafo do texto, que:

- a) o mosquito oferece risco apenas para os bebês.
- b) casos de microcefalia podem decorrer de doenças causadas pelo mosquito.
- c) o primeiro sintoma epidêmico ocasionado pelo mosquito é a microcefalia.
- d) após casos de microcefalia é ineficaz o combate ao mosquito.
- e) o mosquito pode interferir na fertilidade feminina.

15. A vírgula foi empregada pelo mesmo motivo que se observa no trecho "Vagarosamente, os efeitos das mudanças climáticas eram percebidos" em:

- a) Pelos homens, a vida é construída diariamente
- b) Caros amigos, devo meu sucesso a todos vocês.
- c) Amazon, Netflix, Disney e HBO lutam por espaço entre consumidores brasileiros.
- d) O rei, quando não havia mais saída, apelava para seus súditos.
- e) João, que não tinha irmãos, se sentia só.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

16. No âmbito de um relevante julgamento realizado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi declarada como contrária à Constituição uma lei que direcionava recursos públicos para financiar um evento cultural que é normalmente de natureza privada, sem respaldo jurídico-administrativo adequado. Dessa forma, a Corte concluiu que tal medida constituía um favorecimento injustificado a um grupo específico da sociedade, em desacordo com o interesse público e os princípios que orientam a atuação administrativa, mais precisamente o princípio da

- a) juridicidade;
- b) proporcionalidade;
- c) razoabilidade;
- d) impessoalidade;
- e) eficiência.

17. Gisele, Delegada da Polícia Civil do Rio de Janeiro, recebeu diversas denúncias sobre um novo grupo criminoso que atuava por encomenda, realizando execuções de milicianos e políticos, além de efetuar extorsões de bicheiros através de sequestros dos seus familiares.

Gisele, atuando dentro da sua autoridade, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da Delegacia, estabelecendo que a Divisão de Inteligência Policial fosse composta pelos agentes: Marcus, Felipe e Susane.

Com base no caso fictício em tela, o ato administrativo praticado por Gisele decorreu do:

- a) poder disciplinar;
- b) poder hierárquico;
- c) poder de polícia;
- d) poder regimental;
- e) poder de fiscalização.

18. Vanessa, Governadora do Rio de Janeiro, no início do ano de 2022, formalizou contrato administrativo com a empresa estrangeira *Sea Dragon*, após licitação. A companhia era reconhecida como fabricante de tratores aquáticos criados especificamente para a remoção de lixos flutuantes. O objetivo da compra foi executar a limpeza completa da costa litorânea do Estado para a festa de fogos da virada.

Contudo, em outubro do mesmo ano, dois tratores tiveram suas peças danificadas ao longo do recolhimento dos detritos, sendo que os componentes originais necessários à manutenção dos equipamentos são fornecidos com exclusividade pela empresa estrangeira, como condição indispensável para vigência da garantia técnica.

De acordo com o caso fictício em tela, para que seja feito o conserto dos tratores aquáticos, a licitação de manutenção deverá ser efetivada mediante:

- a) concorrência;
- b) pregão;
- c) leilão;
- d) inexigibilidade;
- e) dispensa.

19. Yuri, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, tem a intenção de criar uma entidade com o propósito de regular e fiscalizar os serviços públicos de esgoto da capital. A entidade terá personalidade jurídica pública, independência administrativa e financeira. Para isso, o chefe do Poder Executivo deve

- a) enviar para a Câmara Municipal uma proposta legislativa autorizativa com o objetivo de estabelecer uma autarquia municipal;
- b) adquirir autorização da Câmara Municipal para estabelecer sociedade de economia mista;
- c) submeter à apreciação da Câmara Municipal um projeto de lei específico para a criação de uma autarquia municipal;
- d) encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei específica criando empresa pública.
- e) encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei específica para instituir fundação pública de direito privado.

20. De acordo com a Lei n.º 14.230/2021, quando a petição inicial de ação de improbidade administrativa estiver em devida forma, os requeridos serão citados para apresentar contestação em quantos dias?

- a) 5 dias;
- b) 15 dias;
- c) 30 dias;
- d) 45 dias;
- e) 60 dias.

21. Em relação à lei de Improbidade Administrativa (n.º 8.429/92), assinale a alternativa correta:

- a) a exigência de que os agentes públicos apresentem declaração anual de bens ao órgão ou ao ente a que estejam ligados pode ser mitigada em caso de escusa de consciência, devidamente fundamentada;
- b) constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea. Suas cominações são, dentre outras, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos;
- c) constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que promova inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos;
- d) não há previsão na Lei 8.429/92 de ajuizamento de mais de uma ação de improbidade administrativa pelo mesmo fato, competindo ao Conselho Nacional do Ministério Público dirimir conflitos de atribuições entre membros de Ministérios Públicos distintos;
- e) a autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, por até 60 (sessenta) dias improrrogáveis, mediante decisão motivada quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.

22. Seu Gilmar, 67 anos, possuía permissão do Governo do Rio de Janeiro para a administração de um estabelecimento que vendia passeios de barco da Praia da Joatinga até as Ilhas Cagarras, para turistas e moradores locais. Todavia, três anos após o início das atividades, Seu Gilmar trocou a finalidade do empreendimento, que passou a ser um bar com samba ao vivo e, ainda, disponibilizava apostas para o jogo do bicho. Seu Gilmar não fez qualquer comunicação ou ciência dessa troca ao poder público.

No caso fictício em tela, Seu Gilmar, por sua culpa, descumpriu os requisitos do ato de sua concessão, portanto, haverá a extinção do ato administrativo de licença por meio da:

- a) extinção objetiva.
- b) contraposição.
- c) cassação.
- d) extinção natural.
- e) caducidade.

23. De acordo com a Constituição Federal, o controle exercido pelos Tribunais de Contas, ao atuarem como auxiliares do controle externo realizado pelo Poder Legislativo, alcança:

- a) os contratos estabelecidos pela Administração direta e indireta, com exceção daqueles originados de um processo licitatório regular;
- b) as contas dos gestores das entidades pertencentes à Administração direta e indireta, bem como daqueles responsáveis por qualquer irregularidade que resulte em prejuízo ao erário público;
- c) a legalidade dos procedimentos de contratação de pessoal, tanto na Administração direta como na indireta, incluindo as nomeações para cargos de confiança;
- d) as autorizações de aposentadoria, reforma e pensão, assim como as melhorias posteriores, mesmo que não modifiquem a base jurídica da concessão original;
- e) os fundos transferidos para entidades privadas por meio de convênios, acordos ou outros tipos de acordos, com exceção daquelas entidades que não têm finalidade lucrativa.

24. No contexto das formas e métodos de prestação de serviços públicos ou de utilidade pública, é **incorreto** afirmar:

- a) a execução direta do serviço acontece quando aquele responsável por disponibilizá-lo ao público o realiza pessoalmente, por meio de seus próprios órgãos ou representantes, e não por meio de terceiros contratados;
- b) um serviço descentralizado é aquele em que o Poder Público transfere, por meio de outorga ou delegação, a titularidade ou a execução do serviço para consórcios públicos, autarquias, empresas privadas e outras entidades;
- c) um serviço desconcentrado é aquele em que a Administração executa centralmente, mas distribui entre diversos órgãos da mesma entidade, a fim de facilitar sua realização e disponibilização aos usuários;
- d) a outorga ocorre quando o Estado, por meio de um contrato, transfere exclusivamente a responsabilidade pela execução do serviço para outra entidade, permitindo que esse outorgado o preste em nome próprio, por conta e risco nas condições regulamentares e sob controle estatal;
- e) um serviço centralizado é caracterizado pelo fato de o próprio Poder Público fornecer o serviço por meio de seus próprios órgãos, atuando em seu próprio nome e sendo inteiramente responsável por ele.

25. Sílvio Arantes, advogado, foi solicitado a dar sua opinião sobre a viabilidade de uma parceria entre a Administração Pública e um serviço social autônomo, baseada na Lei Federal nº 13.019/14. O advogado, levando em consideração o que consta no texto legal, teria que responder que:

- a) as exigências desta legislação não são aplicáveis às parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e os serviços sociais autônomos;
- b) a colaboração com as entidades sociais independentes pode ser estabelecida através de um acordo de parceria que, de acordo com a lei, deve incluir um resumo do progresso físico e financeiro;
- c) é possível estabelecer parcerias com os serviços sociais autônomos, mas, nesse caso, requer-se a elaboração de um termo de fomento;
- d) a parceria com os serviços sociais autônomos pode ser estabelecida por meio de um termo de parceria, o qual, de acordo com a legislação aplicável, deve incluir o relatório anual das atividades executadas;
- e) é viável estabelecer parcerias com os serviços sociais autônomos, mas nesse caso não se trata de um termo de parceria, pois a legislação requer a elaboração de um termo de colaboração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. O município do Rio de Janeiro, por lei de iniciativa de vereador, reduziu a alíquota de IPTU. O Prefeito, inconformado, mesmo após ter sancionado a lei, propôs ação direta de inconstitucionalidade ao TJ-RJ, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.
- a) O Prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos vereadores.
 - b) Não assiste razão ao governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
 - c) O Prefeito do Rio de Janeiro tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
 - d) Para questionar a inconstitucionalidade, o Prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
 - e) A lei estadual é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo Prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

27. Quanto à eficácia das normas constitucionais, conforme posicionamento de José Afonso da Silva e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) O direito de greve do servidor público insculpido no artigo 37, VII, da Constituição Federal, é norma constitucional e eficácia limitada.
- b) A norma constitucional que preceitua o dever do Estado com educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade é de eficácia limitada de princípio programático.
- c) O inciso XXII do artigo 5º da CF/88 estabelece que “é garantido o direito de propriedade.” Essa norma constitucional é classificada como de eficácia plena.
- d) Para o reconhecimento de normas constitucionais de eficácia limitada, é suficiente encontrar no texto constitucional reserva legal.
- e) A norma constitucional de eficácia contida é aquela que depende da produção de leis infraconstitucionais para que possa produzir os seus efeitos.

28. Mário é prefeito de Ariquemes-RO, no exercício de seu primeiro mandato. Maria é esposa de Mário e não possui mandato eletivo. Márcio, neto de Mário, é vereador de Ariquemes-RO, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. A respeito da história narrada, indique a alternativa correta.

- a) Mário, nas próximas eleições, só poderá concorrer a prefeito de Ariquemes se renunciar ao seu mandato com pelo menos seis meses de antecedência das eleições.
- b) Márcio é inelegível prefeito de Ariquemes, em razão do parentesco com Mário, mas poderá concorrer a prefeito de Buritis-RO, caso preencha os demais requisitos legais, como por exemplo, o domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende se candidatar.
- c) Maria é inelegível a qualquer cargo dentro do estado de Rondônia.
- d) Maria poderá concorrer ao cargo de vereadora de Ariquemes, mas não poderá concorrer ao cargo de prefeita da mesma localidade, uma vez que seu esposo é o prefeito, salvo se este renunciar ao seu mandato com mais de seis meses de antecedência das eleições.
- e) Márcio é elegível prefeito de Ariquemes, uma vez que o grau de parentesco com Mário não está alcançado pela inelegibilidade estabelecida pela Constituição Federal.

29. A Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará estabeleceu como requisito de ingresso na carreira da magistratura, no cargo de juiz substituto, a idade mínima de 23 anos e a idade máxima de 45 anos, contados no dia da inscrição. A respeito do tema, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal estabelece como limite máximo a idade de 65 anos.
- b) O dispositivo da lei do Ceará é inconstitucional, por usurpação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para apresentar projeto de lei complementar que disponha sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) A legislação estadual em nada afronta a Constituição Federal, uma vez que a Lei Maior não trata de limite etário para ingresso no cargo de juiz substituto.
- d) A norma estadual é inconstitucional, uma vez que a organização da magistratura é assunto que só pode ser disciplinado na Constituição estadual.
- e) Os Estados-membros são autônomos, de modo que têm capacidade de organização do Poder Judiciário, inclusive para fixar limite etário de acesso à carreira, desde que se observe a iniciativa do Tribunal de Justiça para apresentar projeto de lei complementar acerca da matéria.

30. O Congresso Nacional, em caráter excepcional, editou lei para autorizar o uso da substância fosfoetanolamina sintética por pacientes diagnosticados com neoplasia maligna, mesmo sem o registro sanitário, enquanto estiverem em curso estudos clínicos acerca da substância. A respeito do assunto, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa correta.

- a) O Congresso Nacional não tem poderes para autorizar, de forma abstrata e genérica, a distribuição de medicamento.
- b) A omissão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) quanto ao fármaco permite que o Congresso Nacional legisle sobre o assunto para autorizar a utilização da fosfoetanolamina, substância já aplicada em estados estrangeiros e de grande valia no combate à neoplasia maligna.
- c) A lei federal é constitucional, uma vez que compete à União editar normas gerais sobre saúde.
- d) A lei é inconstitucional, por vício formal, porque é da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis a respeito da distribuição de medicamento.
- e) A lei é formalmente inconstitucional, uma vez que projetos de lei que disponham sobre o Serviço Público de Saúde são da iniciativa concorrente do Presidente da República e do Congresso Nacional.

31. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública decorrentes de sentença judiciária devem ser efetuados, conforme determinação constitucional, obedecendo-se a seguinte ordem:

- a) Primeiro os créditos destinados aos idosos e, depois, às pessoas com deficiência.
- b) Primeiro devem ser pagas as requisições de pequeno valor e, depois, os outros créditos.
- c) Primeiro devem ser pagos os créditos decorrentes de salário e benefícios previdenciários e, depois, os demais.
- d) Inicialmente os créditos de natureza alimentar e, depois, os destinados a idosos e enfermos.
- e) Os créditos de natureza alimentar são pagos com absoluta prioridade e, depois, as requisições de pequeno valor.

32. João é vereador de Londrina/PR. Durante evento de seu partido em Maringá/PR, para o qual foi convidado para retratar as dificuldades encontradas no exercício do mandato, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito de sua cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

33. Beltrano da Silva ajuizou ação civil ordinária contra o Conselho Nacional de Justiça, para desconstituir decisão tomada pelo Conselho nos autos do Procedimento de Controle Administrativo XX/2021, que declarou vaga a serventia por ele titularizada, por falta de aprovação em concurso público. Considerando o caso narrado, nos termos expressos na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa que define corretamente o órgão competente para julgar a causa.

- a) Juiz Federal
- b) Tribunal de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Superior Tribunal de Justiça.

34. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, indique a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são as pessoas políticas que compõem a organização político-administrativa brasileira, todas soberanas e autônomas, nos termos da Constituição.
- b) Os Territórios Federais integram a União e são criados por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes quaisquer relações de dependência ou aliança.
- d) Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.
- e) Os Estados podem ser subdivididos ou desmembrados para se anexarem a outros, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e da Assembleia Legislativa, por lei complementar.

35. O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.
- e) A criação de novos municípios, por desmembramento, é vedada pela Constituição Federal.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA*Silvio Sande*

36. O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 30.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 30.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Provisões: R\$ 50.000;
- Disponibilidades: R\$ 68.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

- a) R\$ 130.000
- b) R\$ 145.000
- c) R\$ 155.000
- d) R\$ 170.000
- e) R\$ 185.000

37. Um curso de inglês cobra de anuidade R\$ 3.600. Os alunos começam a frequentar as aulas no mês seguinte ao da matrícula e pagamento da anuidade.

O curso começou o ano de 2020 com dez alunos ativos, que haviam iniciado as aulas em novembro do ano anterior. Além disso, no primeiro trimestre de 2020, 40 alunos se matricularam em janeiro, 50 alunos, em fevereiro, e, 20 alunos, em março.

Assinale a opção que indica a receita do curso no primeiro trimestre de 2020.

- a) R\$ 15.000.
- b) R\$ 33.000.
- c) R\$ 48.000.
- d) R\$ 54.000.
- e) R\$ 56.000.

38. Em 01/03/2018, uma empresa adquiriu computadores para utilizar em seu negócio, por R\$ 120.000. A empresa esperava utilizar os computadores durante cinco anos e doá-los a seus colaboradores. Em 31/12/2019, a empresa refez sua estimativa, pretendendo utilizar os computadores até 31/12/2021 e, depois, vendê-los por R\$ 16.000. Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores, evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020.

- a) R\$ 30.000
- b) R\$ 40.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 46.000
- e) R\$ 52.000

39. A empresa de medicamentos Pfizertudo adquiriu, pelo valor de \$ 5.000.000, um pesquisa em andamento da empresa silviovac. Sabe-se a que empresa silviovac havia gastado com a pesquisa \$ 3.000.000,00. O valor justo de um projeto de pesquisa similar no mercado é de 7.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Pfizertudo deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 5.000.000,00 como despesa;
- b) \$ 5.000.000,00 como intangível;
- c) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como receita;
- d) \$ 5.000.000,00 como investimento e \$ 2.000.000,00 como goodwill;
- e) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como mais valia.

40. Em 02/01/2019, uma indústria adquiriu uma máquina por 100.000,00, que pretendia usar por 5 anos e depois doar.

Em 31/12/2019, a empresa fez um estudo e constatou que o valor gerado pelo uso da máquina seria 60.000,00 e caso vendesse obteria 70.000,00 sendo que para efetuar a venda teria um custo de 15.000.

No ano de 2020, houve uma procura muito grande por esse tipo de máquina e a empresa conseguiria, em 31/12/2020, vender por 85.000 e teria um custo com a venda de 15.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos.

- a) R\$ 60.000.
- b) R\$ 65.000.
- c) R\$ 75.000.
- d) R\$ 85.000.
- e) R\$ 100.000.

41. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- a) R\$ 24.000.
- b) R\$ 105.000.
- c) R\$ 176.000.
- d) R\$ 207.000.
- e) R\$ 225.000.

42. As contas integrantes do patrimônio líquido, evidenciadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido, podem sofrer variações por itens que afetam o patrimônio total e por itens que não o afetam.

Assinale a opção que apresenta um item que afeta o total do patrimônio líquido.

- a) Aumento de capital com utilização de lucros.
- b) Compensação de prejuízos com reservas.
- c) Gastos com emissão de ações.
- d) Reversão de reserva de contingência para a conta de Lucros Acumulados.
- e) Constituição da reserva legal

43. Uma empresa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>80.000</u>
Lucro Bruto	120.000
Despesas operacionais:	
Salários	- 30.000
Depreciação	- 20.000
perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	- 4.000
aluguel	- 12.000
Resultado de equivalência patrimonial	18.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Prejuízo na venda de máquina	<u>- 20.000</u>
LAIR	40.000
IRCS	<u>- 13.600</u>
Lucro Líquido	38.400

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado, evidenciado na Atividade Operacional da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

- a) R\$ 60.400
- b) R\$ 64.400
- c) R\$ 66.400
- d) R\$ 72.400
- e) R\$ 82.400

44. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	- 200.000
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	20.000
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	- 40.000
LAIR	170.000
IRCS	- 57.800
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.
- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

45. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Vitória vendeu o terreno para a Cia. Bahia por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

ECONOMIA

Celso Natale

46. Em relação ao caso conhecido como “armadilha da liquidez”, é correto afirmar que:

- a) A demanda por moeda é perfeitamente inelástica à taxa de juros.
- b) A curva LM é positivamente inclinada.
- c) A demanda por moeda é infinitamente elástica à taxa de juros.
- d) A curva LM é vertical.
- e) A política fiscal é ineficaz.

47. O sistema tributário brasileiro é composto por diversos impostos de competência dos entes federativos.

Assinale a alternativa que contém apenas impostos indiretos do sistema tributário brasileiro:

- a) IPI, ISS, IPTU.
- b) ICMS, IPVA, ITR.
- c) IRPF e IRPJ.
- d) IPVA, IPTU e ITR.
- e) ICMS, ISS e IOF.

48. De acordo com a Teoria da Tributação e os Princípios Tributários:

- a) Nem sempre o princípio do benefício será de fácil aplicação individual para o financiamento de qualquer bem público.
- b) A tributação sobre a renda é incapaz de atender ao princípio da capacidade de pagar.
- c) A tributação progressiva anula completamente o princípio da equidade.
- d) Ao tributar o cigarro com o intuito de reduzir seu consumo, aplica-se o princípio da neutralidade.
- e) O princípio da neutralidade condiz com os incentivos fiscais dados pelo Governo.

49. Acerca da Teoria da Tributação, analise a afirmativa a seguir.

O princípio tributário segundo o qual a tributação não deve causar distorções na alocação de recursos da economia, a fim de garantir a eficiência econômica é conhecido como:

- a) universalidade
- b) equidade
- c) neutralidade
- d) justiça social
- e) adequação.

50. Considerando uma situação inflacionária devido ao excesso de demanda agregada, o Governo deverá adotar uma política fiscal, promovendo a seguinte decisão:

- a) reduzir a alíquota de impostos
- b) aumentar seus gastos em consumo
- c) aumentar seus gastos em investimentos
- d) desvalorizar o câmbio
- e) aumentar a alíquota de impostos.

51. Em relação à Curva de Phillips, considere as afirmativas a seguir.

I. A curva de Phillips de longo prazo é vertical, informando que há uma relação positiva entre inflação e desemprego.

II. Segundo a hipótese de expectativas adaptativas, existe trade-off entre inflação e desemprego somente no curto prazo.

III. Nos choques adversos de oferta há redução da produção das empresas e consequente aumento de preços, o que desloca a Curva de Phillips para a direita.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

52. No que diz respeito aos conceitos Macroeconômicos, marque a opção correta.

- a) O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma economia em um determinado período de tempo.
- b) As estimativas do PIB de um país são expressas em unidades físicas.
- c) A renda auferida por mexicanos que trabalham no Brasil é contabilizada no PIB mexicano.
- d) A diferença entre o Produto Nacional Bruto e o Produto Nacional Líquido corresponde à depreciação do estoque de capital físico da economia
- e) Em uma economia fechada, o Produto Nacional Bruto poderá ser maior que o Produto Interno Bruto.

53. Considere que, em uma determinada economia, a depreciação e a renda líquida enviada ao exterior possuem o mesmo valor. Nesse caso, é possível concluir que:

- a) o Produto Nacional Bruto será igual ao Produto Interno Líquido.
- b) o Produto Nacional Bruto será superior ao Produto Interno Líquido.
- c) o Produto Nacional Bruto será inferior ao Produto Interno Líquido.
- d) o Produto Interno Bruto será igual ao Produto Nacional Líquido.
- e) o Produto Interno Bruto será superior ao Produto Nacional Líquido

54. Os dados abaixo, em unidades monetárias, são referentes às Contas Nacionais do país “Errejota”, em um determinado ano-calendário:

Consumo Final: 9.000

Exportação de Bens e Serviços: 4.000

Consumo Intermediário: 13.500

Formação Bruta de Capital Fixo: 4.500

Variação de Estoques: 3.500

Produto Interno Bruto a preços de mercado: 20.000

O valor da importação de bens e serviços, em unidades monetárias, nesse mesmo ano, correspondeu a:

- a) zero
- b) 500
- c) 1.000
- d) 1.500
- e) 2.000

55. A respeito do multiplicador keynesiano em uma economia fechada, é correto afirmar que, sempre que a propensão marginal a consumir for igual à propensão marginal a poupar, o multiplicador terá valor igual a:

- a) 0
- b) 0,5
- c) 1
- d) 1,5
- e) 2.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Eduardo Mocellin

56. Em certo bairro da cidade do Rio de Janeiro, dez por cento dos gaúchos dizem que são paulistas e dez por cento dos paulistas dizem que são gaúchos. Todos os outros paulistas e gaúchos assumem a sua verdadeira origem. Dentre os paulistas e gaúchos, 20% dizem que são paulistas. O percentual aproximado dos realmente paulistas, considerando o total de paulistas e gaúchos, é:

- a) 11,11%
- b) 12,50%
- c) 14,29%
- d) 16,67%
- e) 20,00%

57. Arnaldo e Bernaldo, servidores do ISS RJ, foram incumbidos de elaborar 49 relatórios. Decidiram, então, dividir o total de relatórios entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no ISS RJ e inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Sabe-se também que, na ocasião, Arnaldo trabalhava no ISS RJ há 30 anos e tinha 72 anos idade, enquanto que Bernaldo lá trabalhava há 10 anos. Assim, se coube a Bernaldo elaborar 14 relatórios, a sua idade

- a) era maior ou igual a 60 anos.
- b) era maior ou igual a 50 e menor do que 60 anos.
- c) era maior ou igual a 40 e menor do que 50 anos.
- d) era maior ou igual a 30 e menor do que 40 anos.
- e) era inferior a 30 anos.

58. Considere que as informações a seguir são verdadeiras.

- I. Eduardo é professor ou Clodoaldo é médico.
- II. Bernardo é bartender ou Diego é digitador.
- III. Arnaldo é arquiteto e Bernardo não é bartender.
- IV. Diego não é digitador ou Eduardo não é professor.

A partir dessas informações, é correto concluir que

- a) Bernardo é bartender.
- b) Arnaldo não é arquiteto.
- c) Diego não é digitador.
- d) Clodoaldo é médico.
- e) Eduardo é professor.

59. Considerando que $\operatorname{sen} x = -\frac{3}{5}$, com $\pi < x < \frac{3\pi}{2}$, o valor de $\operatorname{cotg} x$ é:

- a) $3/4$
- b) $-3/4$
- c) $4/3$
- d) $-4/3$
- e) $-4/5$

60. Nos quatro primeiros dias úteis da semana, um servidor do ISS RJ do setor de atendimento ao contribuinte atendeu 38, 29, 33 e 41 pessoas. No quinto dia útil dessa semana, o servidor atendeu n pessoas. Se a média do número de pessoas atendidas por esse servidor na semana foi 36, a mediana foi:

- a) 33
- b) 36
- c) 38
- d) 39
- e) 41

61. Arnaldo e Bernaldo realizam uma aposta envolvendo o lançamento de dois dados honestos com seis faces numeradas de 1 a 6. Arnaldo lança os dois dados simultaneamente e aposta que a soma dos números mostrados nas faces superiores dos dados será igual a cinco. Por outro lado, Bernaldo aposta que a soma será seis. Sabendo-se que Arnaldo não acertou, a probabilidade de Bernaldo ter acertado é de, aproximadamente:

- a) 11,11%
- b) 12,50%
- c) 12,90%
- d) 13,89%
- e) 15,62%

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

62. A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, haver 0, 1, 2 ou 3 colisões de carros em um cruzamento.

Número de acidentes	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

A variância do número de acidentes é igual a:

- a) 1,53
- b) 1,61
- c) 1,74
- d) 1,87
- e) 1,98

63. Um estudo indica que, nas comunidades que vivem em clima muito frio e com uma dieta de baixa ingestão de gordura animal, a probabilidade de os casais terem filhos do sexo masculino é igual a $1/4$. Desse modo, a probabilidade de um casal ter dois meninos e três meninas é igual a:

- a) $37/64$
- b) $45/216$
- c) $1/64$
- d) $135/512$
- e) $9/16$

z	0,84	1,00	1,28	1,56	1,64
α	0,30	0,34	0,40	0,44	0,45

Baseado no texto, responda as questões 64 E 65

64. O valor do desvio padrão dos diâmetros das peças, em centímetros, é igual a:

- a) 2,0
- b) 2,5
- c) 3,0
- d) 3,5
- e) 3,6

65. Se 80% das arruelas possuem um diâmetro superior a D centímetros, então, D é igual a

- a) 6,5.
- b) 6,7.
- c) 7,4.
- d) 7,9.
- e) 8,1.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

66. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) surgiu através das necessidades de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público.

Um dos aspectos para que sejam atendidas essas necessidades é o agrupamento das contas segundo suas funções, possibilitando que um analista de planejamento e orçamento

- a) padronize os registros contábeis das entidades do setor público e faça a correta distinção entre os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- b) acompanhe a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais, realize a adequada prestação de contas e faça o levantamento das estatísticas de finanças públicas e de outros relatórios úteis à gestão.
- c) contribua para a adequada tomada de decisão, para a racionalização de custos no setor público e para a transparência da gestão fiscal e controle social.
- d) individualize, com a especificação necessária ao controle contábil do direito ou obrigação, os devedores e credores.
- e) atenda às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) quanto à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo.

67. Empenho corresponde ao ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, sendo formalizado mediante a emissão da nota de empenho.

Nesse contexto, um analista de planejamento e orçamento realizou um empenho para a contratação de combustíveis e lubrificantes para a frota de veículos do Município Gama, em março de X4, sem determinar, de fato, o montante a ser previamente dispendido.

À luz desse entendimento e considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o analista realizou o empenho denominado

- a) ordinário.
- b) imparcial.
- c) global.
- d) parcial.
- e) estimativo.

68. O Município Audazes dos Pampas, em 31/03/20X5, apresentou as seguintes informações de sua contabilidade, em relação ao fechamento do primeiro trimestre.

- Recebimentos de taxas no valor de R\$25.000,00.
- Pagamentos de transações com seguradoras no valor de R\$ 12.000,00.
- Recebimentos da venda de instrumentos de dívida de outras entidades no valor de R\$ 35.000,00.
- Recebimentos por liquidação de adiantamentos no valor de R\$ 18.000,00.
- Recebimentos pela emissão de debêntures no valor de R\$ 55.000,00.
- Amortização de empréstimos no valor de R\$ 14.000,00.
- Recebimentos de operações descontinuadas no valor de R\$ 32.000,00.
- Recebimentos de *royalties* no valor de R\$ 22.000,00.
- Pagamentos de contratos disponíveis para venda no valor de R\$ 15.000,00.
- Pagamentos por contrato futuro no valor de R\$ 35.000,00.

Considerando essas informações e o disposto na NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi:

- a) R\$ 19.000 positivo.
- b) R\$ 52.000 positivo.
- c) R\$ 11.000 negativo.
- d) R\$ 29.000 negativo.
- e) R\$ 15.000 negativo.

69. Entende-se como material de consumo aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

Nesse contexto, dentre os critérios elencados pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) sobre os materiais de consumo, aquele que consiste em estar sujeito a modificações ou deteriorações pela uso normal nas atividades é denominado

- a) critério da perecibilidade.
- b) critério da durabilidade.
- c) critério da incorporabilidade.
- d) critério da transformabilidade.
- e) critério da fragilidade.

70. Os orçamentos aprovados devem abranger todas as atividades controladas por entidade do setor público. Em outros casos, os orçamentos aprovados separadamente podem ser, obrigatoriamente, publicados quando abrangerem determinadas atividades, grupos de atividades ou entidades incluídas nas demonstrações contábeis de governo.

À luz da NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, a característica essencial da aprovação do orçamento consiste que,

- a) a aprovação pode ser realizada sem que o orçamento se torne lei ou, em alguns casos, podendo ser dispostos em lei como parte do processo de aprovação.
- b) as receitas estimadas e as despesas aprovadas sejam informadas para o período orçamentário plurianual, com base nos planos atuais e nas condições econômicas previstas durante o referido período orçamentário.
- c) a prerrogativa para alocar recursos do tesouro do governo é concedida pelo Poder Legislativo ou autoridade com prerrogativa semelhante.
- d) o orçamento aprovado corresponde à informação financeira prospectiva, a qual pode ser de maneira prevista, projetada ou a combinação de ambos, como a previsão para um ano mais a projeção para cinco anos.
- e) o orçamento aprovado é uma projeção ou uma estimativa com base em premissas sobre eventos futuros e possíveis ações de gerenciamento que não são necessariamente esperados que aconteçam.

71. O Estado Beta adquiriu merendas escolares da empresa Audazes Ltda., pelo montante de R\$ 150.000 no final do mês de abril de 20X3, para serem destinadas a todas as escolas da rede estadual de ensino.

No mês de dezembro, houve denúncias anônimas de que o Estado não teria realizado o processo de repasse dessa merenda às escolas, o que poderia acarretar a perda desses mantimentos.

No mesmo mês, um auditor de controle foi designado para verificar a validade dos mantimentos e determinar o montante recuperável. Após a verificação do estoque, foi determinado que o custo corrente de reposição era de R\$ 130.000 e o valor realizável líquido de R\$ 135.000.

Após receber o relatório, determinado analista de planejamento e orçamento deverá registrar, na natureza de informação patrimonial, o seguinte lançamento:

- a) D - 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
C - 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
R\$ 15.000,00
- b) D - 3.3.1.2.x.xx.xx VPD Distribuição de Material Gratuito
C - 1.1.5.x.x.xx.xx Estoques
R\$ 20.000,00
- c) D - 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
C - 4.6.1.8.x.xx.xx VPA com Ajuste de Ganhos de Estoques R\$ 15.000,00
- d) D - 1.1.5.x.x.xx.xx Estoques
C - 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques R\$ 20.000,00
- e) D - 3.6.1.8.x.xx.xx VPD com Ajuste de Perdas de Estoques
C - 1.1.5.9.x.xx.xx (-) Ajuste de Perdas de Estoques
R\$ 20.000,00

72. Valor justo corresponde ao montante pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.

Nessa perspectiva, as propriedades para investimentos, que são mantidas essencialmente para auferir renda (aluguel) ou para valorização de capital ou, ainda, ambas, podem ser registradas pelo valor de custo ou pelo valor justo.

A esse respeito, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) elenca fatores que não serão refletidos pelo valor justo. As opções a seguir indicam esses fatores, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) benefícios ou encargos tributários que sejam específicos ao proprietário atual.
- b) direitos ou restrições legais que somente sejam específicos ao proprietário atual.
- c) valor adicional derivado da criação de carteira de propriedades em diferentes localizações.
- d) estimativas de compradores e vendedores conhecedores do negócio.
- e) sinergias entre propriedades para investimento e outros ativos.

73. Uma entidade do setor público deverá registrar uma provisão para reestruturação quando for provável uma saída de recursos decorrentes deste processo.

A respeito dessa situação, um analista de planejamento e orçamento do Estado Ômega deverá registrar os seguintes eventos que possam se enquadrar como reestruturação, **à exceção de um**. Assinale-o.

- a) alterações na estrutura de gestão.
- b) realocação de funcionários.
- c) reorganizações fundamentais na natureza e no foco das operações da entidade.
- d) o encerramento de uma atividade.
- e) o fechamento de uma sucursal em uma região específica.

74. Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, e condições da legislação pertinente conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Com base nessa perspectiva, determinado analista de planejamento e orçamento não poderá utilizar dotação orçamentária de um exercício financeiro para cumprir obrigações em exercícios financeiros futuros, em obediência ao princípio da

- a) anualidade.
- b) orçamento bruto.
- c) legalidade.
- d) totalidade.
- e) exclusividade.

75. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. As características qualitativas, contidas nos relatórios, são atributos que tornam a informação útil e dão suporte aos tomadores de decisão.

Sob essa perspectiva, a informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, corresponde à característica da

- a) relevância.
- b) representação fidedigna.
- c) comparabilidade.
- d) tempestividade.
- e) verificabilidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Amanda Aires

76. Após longo estudo realizado pelo Ministério da Economia decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre a renda dos consumidores. Assim, ao fazer isso, não houve uma modificação no preço dos produtos, que não passaram a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação não foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade
- e) Produtividade

77. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

78. Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar unicamente uma redução dos gastos públicos:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;
- d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;
- e) eleva o déficit da balança comercial.

79. Com relação ao Déficit Público, marque a alternativa correta.

- a) O governo pode financiar seu déficit por meio de recursos extrafiscais.
- b) No cálculo do déficit público, segundo o conceito operacional, incluem-se as despesas com a correção monetária, mas excluem-se as despesas com correção cambial pagas sobre a dívida.
- c) O déficit de caixa considera as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como de fornecedores e empreiteiros.
- d) O déficit total indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público financeiro, nas três esferas de governo e administrações.
- e) A apuração do déficit pelo método “acima da linha” mede o tamanho do déficit pelo lado do financiamento.

80. O imposto per capita seria um imposto em que cada cidadão paga uma quantidade fixa, independentemente do seu nível de renda. Esse imposto pode ser classificado como

- a) igualitário.
- b) proporcional.
- c) progressivo.
- d) imposto de montante fixo.
- e) indireto.

81. Em relação às funções do Estado na economia,

- a) para que o Estado possa cumprir adequadamente sua função distributiva, necessariamente terá de abrir mão das funções alocativa e estabilizadora, levando o país a suportar surtos inflacionários.
- b) a adoção de políticas de transferência de renda em favor de populações mais carentes é um instrumento para que o Estado cumpra sua função distributiva.
- c) os instrumentos de política monetária não são adequados para que o Estado cumpra sua função estabilizadora.
- d) a criação de empresas estatais é o único meio pelo qual o Estado poderá cumprir sua função alocativa.
- e) para que o Estado possa cumprir com suas funções alocativa e distributiva acabará necessariamente incorrendo em déficit orçamentário, sacrificando assim a função estabilizadora.

82. No que concerne às estatísticas fiscais é incorreto afirmar que

- a) as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) são medidas a partir do conceito “abaixo da linha”.
- b) o conceito “abaixo da linha” mede a variação do endividamento público.
- c) toda vez que o desequilíbrio financeiro advier de um aumento das despesas temos uma situação de mensuração via competência.
- d) as estatísticas “acima da linha” são apuradas de maneira diferente às estatísticas “abaixo da linha”.
- e) competência está associado ao momento temporal em que uma determinada despesa é gerada.

83. Segundo a teoria econômica convencional, o imposto que melhor atende ao princípio da neutralidade em relação aos mercados de produção, de consumo e de fatores de produção é um imposto

- a) sobre vendas com alíquotas uniformes.
- b) sobre o consumo com alíquotas fixas.
- c) seletivo sobre produtos industrializados.
- d) progressivo sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas.
- e) de montante fixo para todos os contribuintes.

84. O objetivo da política orçamentária é exercer, por meio da gestão pública, em crise fiscal, a orientação e a utilização do dinheiro público pelo Estado para evitar o temido déficit. Assinale a alternativa que apresenta os responsáveis pelo cálculo do déficit público no Brasil pelo critério abaixo e acima da linha, respectivamente.

- a) Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
- b) Presidência da República e Congresso Nacional.
- c) Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional.
- d) Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal.
- e) Procuradoria Geral da República e Controladoria da União.

85. Avalie a afirmação: "Quando o déficit público é positivo, ele aumenta a dívida pública e, quando negativo, reduz a dívida pública".

Essa afirmação é

- a) correta, pois o déficit não influencia a dinâmica da dívida pública.
- b) correta, pois déficit e dívida representam conceito de fluxo.
- c) correta, sendo déficit um conceito de fluxo e dívida um conceito de estoque.
- d) Correta, sendo déficit um conceito de estoque e dívida um conceito de fluxo.
- e) correta, pois ambos, déficit e dívida são conceitos de estoques e um não influencia o outro.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Leandro Ravyelle

86. A respeito do ciclo orçamentário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe ao Poder Executivo a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, com base no planejamento estabelecido no Plano Plurianual - PPA e nas prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO vigentes.
- b) A Secretaria de Orçamento Federal – SOF/FAZENDA/ ME faz a captação e consolidação das propostas orçamentárias de cada Ministério e dos demais Poderes, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.
- c) Após o recebimento do projeto de lei pelo Congresso Nacional - CN, os Deputados Federais e Senadores, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, examinam, discutem, ajustam, votam e aprovam a proposta orçamentária.
- d) Após a publicação do Orçamento, o Poder Executivo tem até 15 dias para editar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.
- e) Tanto as receitas como as despesas são revistas ao longo do ano.

87. O ciclo orçamentário, sob o enfoque da doutrina utilizada pela banca FGV, é o processo composto por várias fases que ocorrem na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do orçamento público. Essas fases são sequenciais e se repetem ao longo do tempo, geralmente anualmente. A respeito do ciclo orçamentário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considerando que o PLOA é elaborado no ano anterior de sua vigência, é necessário projetar quanto será arrecadado e planejar de que maneira esses valores serão gastos.
- b) Para estimar as receitas do próximo ano, o Governo faz previsões de alguns indicadores econômicos importantes, como, por exemplo, a produção econômica total do país (o Produto Interno Bruto – PIB), a inflação, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o salário mínimo, entre outros.
- c) Um importante passo na elaboração do orçamento para o próximo ano consiste na definição da meta de resultado primário, que é tudo que o Governo arrecada menos o que gasta, sem considerar as receitas financeiras e as despesas relacionadas à dívida (juros e amortizações).
- d) A meta de resultado primário é fixada após a avaliação do cenário macroeconômico para o ano seguinte, considerando como parâmetros as projeções da taxa de juros, da taxa de câmbio, do crescimento econômico e do resultado que deve ser atingido para manter a relação dívida/PIB em nível adequado para o país.
- e) A Lei de Diretrizes Orçamentárias contém o Anexo de Metas Fiscais, no qual é apresentada a meta de resultado primário para o exercício a que se refere e para o exercício seguinte.

88. O resultado primário é uma medida financeira que indica a diferença entre as receitas e as despesas primárias do setor público em um determinado período, geralmente anual. Esse indicador exclui os gastos com juros e encargos da dívida pública, considerando apenas as operações correntes do governo. O resultado primário é calculado com base na seguinte fórmula:

Resultado Primário = Receitas Primárias - Despesas Primárias

A respeito dessa temática, assinale a alternativa incorreta:

- a) Na elaboração do orçamento público, tanto as receitas quanto as despesas são classificadas em primárias e financeiras.
- b) As receitas financeiras correspondem, em sua maior parte, aos tributos arrecadados e, as despesas financeiras, aos gastos do governo para manter suas atividades e investir em ações novas.
- c) As receitas e as despesas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras, que, em sua maior parte, são empréstimos.
- d) Anualmente, o Governo Federal pega novos empréstimos para pagar dívidas de anos passados, “rolando a dívida”.
- e) Se o governo decide pagar menos dívida, fica em condições de gastar mais naquele momento, mas no futuro ficará mais endividado, o que pode trazer problemas, inclusive inflação.

89. As despesas públicas podem ser classificadas em despesas obrigatórias e despesas discricionárias. As despesas obrigatórias são aquelas estabelecidas por lei ou por determinações legais, sendo de caráter obrigatório para o governo sua realização. Essas despesas não podem ser alteradas ou contingenciadas de forma discricionária, ou seja, o gestor público não tem autonomia para decidir se irá executá-las ou não. São exemplos de despesas obrigatórias o pagamento de salários e benefícios aos servidores públicos, previdência social, transferências constitucionais, pagamento de juros e encargos da dívida, entre outras. Já as despesas discricionárias são aquelas em que o gestor público tem certa margem de decisão e autonomia para definir o montante a ser gasto, bem como a destinação dos recursos. Essas despesas são consideradas não obrigatórias por lei e, portanto, podem ser objeto de contingenciamento ou redução por parte do governo, caso necessário. Incluem-se nessa categoria despesas de investimento público, custeio administrativo, programas e projetos específicos, subsídios, entre outros. A respeito do assunto tratado, assinale a alternativa incorreta:

- a) As Despesas Obrigatórias são aquelas que a União tem a obrigação legal ou contratual de realizar, ou seja, são despesas cuja execução é mandatária. Os maiores grupos de despesas obrigatórias são pessoal e encargos sociais e benefícios da previdência social.
- b) As Despesas Discricionárias são aquelas cuja execução depende da avaliação ou escolha que o Governo faz acerca da conveniência e da oportunidade de sua realização. Por não haver obrigatoriedade no dispêndio, a escolha depende da avaliação do governo sobre quais são as prioridades da população.
- c) Despesas financeiras são os gastos do Governo para prover bens e serviços públicos à população (por exemplo, saúde, educação e rodovias), além dos gastos necessários para a manutenção da estrutura do Estado.

d) As Despesas Financeiras são todas aquelas não primárias, resultantes do pagamento de uma dívida do Governo, na concessão de empréstimo ou no subsídio dos juros de empréstimos tomados por outra instituição ou pessoa (por exemplo: financiamento estudantil e subsídio do programa “Minha Casa Minha Vida”).

e) As Receitas Financeiras são todas aquelas não primárias. São as relacionadas a uma dívida, tanto do governo perante pessoas, instituições brasileiras e organizações internacionais quanto destas junto ao governo.

90. Com relação à regra de ouro em orçamento público e conforme o ordenamento jurídico vigente, assinale a opção correta.

a) Excetuam-se à regra, as despesas autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

b) A “Regra de Ouro” constitui norma fundamental para a elaboração e gestão orçamentária, prescrita no inciso III, do art. 167 da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas com investimentos.

c) Para a utilização desses recursos, será necessário encaminhamento de projeto de lei de crédito extraordinário ao Congresso Nacional no próximo ano, para que as operações de crédito, nesse montante, possam ser autorizadas e, dessa forma, financiar as despesas correspondentes.

d) O cenário fiscal restritivo fez com que as despesas correntes constantes do presente Projeto de Lei Orçamentária para 2022 – PLOA 2022, em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, fossem insuficientes para o cumprimento da Regra.

e) Para agregar todas essas despesas foi criado uma dotação orçamentária intitulada “Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição”.

91. Se o Orçamento Público tem um inequívoco caráter redistributivo, o processo de elaboração, aprovação e gestão do orçamento embute, necessariamente, perspectivas e interesses conflitantes que se resolvem em última instância no âmbito da ação política dos agentes públicos e dos inúmeros segmentos sociais. Tal atribuição diz respeito à qual dimensão do orçamento público?

- a) Financeira
- b) Política
- c) Econômica
- d) Técnica
- e) Fiscal

92. técnica orçamentária que apresenta os propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários, os custos dos programas propostos para atingir àqueles objetivos e dados quantitativos que meçam as realizações e o trabalho levado a efeito de cada programa é denominado

- a) Tradicional
- b) Por objeto
- c) Funcional
- d) Base-zero
- e) Incremental

93. Constitui desvantagem em relação ao orçamento base-zero o que consta em:

- a) A riqueza conceitual desse tipo de orçamento é prejudicial, e, ao mesmo tempo, um fator limitador, pois implicava vencer, além da natural resistência às mudanças, típicas na Administração pública, as concepções de uma área cheia de tradições e costumes.
- b) A adoção de padrões de medição de trabalho, especialmente no que diz respeito à definição de produtos finais no Poder público.
- c) Grande parte das atividades do Estado são intangíveis, cujos resultados não se prestam a medições.
- d) Caracterizado por supostas deficiências de foco no curto prazo, por sua natureza incremental, pela ênfase nos insumos em vez de nos produtos do programa e por seu excessivo nível de detalhe que encobre meios alternativos de alcance dos mesmos objetivos.
- e) Sua elaboração é trabalhosa, demorada e mais cara, além de desprezar a experiência acumulada pela organização.

94. Diz-se que créditos e recursos são as duas faces da mesma moeda, visto que os mecanismos de descentralização orçamentária e descentralização financeira mantêm correlações importantes. Assim, as descentralizações internas de dotações orçamentárias são denominadas

- a) Destaques
- b) Repasses
- c) Sub-repasses
- d) Provisões
- e) Convênios

95. A Secretaria de Saúde do município do Rio de Janeiro está enfrentando dificuldades financeiras para garantir o suprimento adequado de medicamentos em suas unidades de saúde. Diante desse cenário, a Secretaria decide adotar um modelo de descentralização interna de recursos conhecido como provisão. Nesse modelo, a Secretaria de Saúde repassa recursos financeiros para as unidades de saúde locais, que passam a ter autonomia na aquisição de medicamentos conforme suas necessidades e demandas. As unidades de saúde, por sua vez, são responsáveis por realizar a gestão eficiente desses recursos, buscando adquirir os medicamentos essenciais e manter os estoques adequados. No entanto, ao implementar a provisão, surgem alguns desafios. Uma das unidades de saúde, por exemplo, enfrenta dificuldades na gestão dos recursos repassados, resultando em atrasos na aquisição de medicamentos e desabastecimento em determinados momentos. Além disso, outra unidade acaba priorizando a compra de medicamentos menos essenciais, comprometendo a disponibilidade dos mais necessários. Diante dessas questões, a Secretaria de Saúde precisa desenvolver mecanismos de controle e acompanhamento efetivos para garantir que a descentralização interna de recursos seja realizada de forma adequada e eficiente. Acerca do narrado, assinale a opção que contempla indicativos corretos acerca da situação.

- a) Essa situação exemplifica a aplicação prática da descentralização externa de recursos por meio de destaque, destacando a importância do planejamento, controle e monitoramento para o sucesso desse modelo de gestão.
- b) É necessário estabelecer critérios claros para a utilização dos recursos, orientar as unidades na gestão financeira e monitorar regularmente o processo, visando garantir o suprimento regular de medicamentos e a otimização dos recursos disponíveis.
- c) Essa situação exemplifica a aplicação prática da descentralização externa de créditos por meio de

repasso, destacando a importância do planejamento, controle e monitoramento para o sucesso desse modelo de gestão.

- d) Essa situação exemplifica a aplicação prática da descentralização interna de créditos por meio da sub-repasso, destacando a importância do planejamento, controle e monitoramento para o sucesso desse modelo de gestão.
- e) Na descentralização, a depender da unidade demandada, há alteração na classificação da estrutura programática.

96. Com relação às dimensões do orçamento e à doutrina majoritária, assinale a alternativa incorreta.

- a) A dimensão política é corolário da dimensão econômica, logo, se o Orçamento Público tem um inequívoco caráter redistributivo, o processo de elaboração, aprovação e gestão do orçamento embute, necessariamente, perspectivas e interesses conflitantes que se resolvem em última instância no âmbito da ação política dos agentes públicos e dos inúmeros segmentos sociais.
- b) A dimensão jurídica elenca que o Orçamento Público tem caráter e força de lei, e enquanto tal define limites a serem respeitados pelos governantes e agentes públicos, no tocante à realização de despesas e à arrecadação de receitas.
- c) A dimensão financeira afirma que o Orçamento Público é basicamente o instrumento por meio do qual o Governo extrai recursos da sociedade e os injeta em áreas selecionadas. Esse processo redistributivo não é neutro do ponto de vista da eficiência econômica e da trajetória de desenvolvimento de longo prazo.
- d) A dimensão financeira afirma o fluxo financeiro gerado pelas entradas de recursos obtidos com a arrecadação de receitas e os dispêndios com as saídas de recursos proporcionado pelas despesas, evidenciando a execução orçamentária.
- e) A dimensão técnica dispõe acerca do estudo do conjunto de regras e formalidades técnicas e legais exigidas na elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento.

97. Em relação à atual conjuntura econômica acerca do orçamento público e sua obrigatoriedade de execução, assinale a alternativa incorreta.

- a) O orçamento NÃO é binário, isto é, ou autorizativo, ou impositivo.
- b) Não há uma separação plena entre Executivo e Legislativo no processo orçamentário, assim, não existe orçamento 100% impositivo sem que o Legislativo seja responsabilizado igualmente ao Executivo pela execução bem ou mal sucedida do orçamento.
- c) O orçamento público no Brasil é híbrido: parcialmente autorizativo e parcialmente impositivo.
- d) Com a não separação plena entre Executivo e Legislativo, a lógica binária própria à questão do orçamento autorizativo versus impositivo perde capacidade explicativa.
- e) No modelo impositivo, o Parlamento assume menor relevância e, por conseguinte, mais responsabilidade no processo orçamentário.

98. O conceito tradicional/clássico de orçamento destaca a lei orçamentária como a lei que abrange a previsão da receita e a fixação de despesa para determinado período de tempo. Em relação à evolução do orçamento público, assinale a alternativa correta.

- a) O orçamento tradicional, cuja finalidade era ser um instrumento de controle político do Legislativo sobre o Executivo, possui preocupação com o planejamento, com a intervenção na economia ou com as necessidades da população.
- b) O critério utilizado para a classificação dos gastos era feito por funções de governo.
- c) No Orçamento Tradicional, o aspecto econômico tinha posição crucial e as finanças públicas caracterizavam-se por sua primariedade, pois o equilíbrio financeiro impunha-se naturalmente e o volume dos gastos públicos não chegava a pesar significativamente em termos econômico.
- d) No orçamento base-zero buscava-se saber o que o Governo fazia (ações orçamentárias) e não apenas o que comprava (elemento de despesa).
- e) Foi baseado no Orçamento por objeto que surgiu o rótulo de “lei de meios”, haja vista que o orçamento era classificado como um inventário dos meios” com os quais o Estado contava para levar a cabo suas tarefas- sem preocupação com os fins (resultados).

99. Não é característica do novo orçamento desempenho o que consta em:

- a) agregação de todos os custos necessários à consecução de determinados produtos
- b) calcular custos totais, inclusive com a apropriação de custos fixos
- c) é um processo orçamentário que se caracterizava por apresentar duas dimensões do orçamento: o objeto do gasto e um programa de trabalho
- d) definir produtos em termos de indicadores mensuráveis
- e) comparar metas programadas com a produção real de modo a avaliar a eficiência e efetividade.

100. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em relação ao plano plurianual, assinale o item correto.

- a) Sua relevância reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988.
- b) é um instrumento que expressa à alocação de recursos públicos, sendo operacionalizada por meio de diversas ações. É o orçamento propriamente dito.
- c) representa o Planejamento Estratégico do Governo Federal, embora a missão já esteja definida nas teorias sobre o Estado como promover o bem-estar da coletividade.
- d) é o instrumento norteador da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- e) antecipa e orienta a direção e o sentido dos gastos públicos, bem como os parâmetros que devem nortear a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício subsequente

101. Os programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual. Em relação à cadeia lógica e a estrutura de programa abordadas no atual modelo de PPA vigente, assinale a opção incorreta.

- a) as Diretrizes possuem a finalidade de retratar as declarações de governo e indicam as preferências políticas dos governantes eleitos.
- b) os Temas buscam refletir a estrutura institucional adotada pela administração federal.
- c) os Programas representam categoria que articula um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias) suficientes para enfrentar um problema. São categorias que precisam ser construídas de forma harmônica e integrada. Seu desempenho deve ser passível de aferição.
- d) Resultados compreendem as consequências diretas e quantificáveis das atividades realizadas no âmbito do programa, que podem ser entregues à sociedade. Nesta categoria, inserem-se bens, serviços, medidas normativas ou qualquer outra intervenção cuja entrega contribua para a consecução dos objetivos da política;
- e) os Insumos são os meios ou recursos necessários para a execução da política pública. Os insumos se desdobram em financeiros, de infraestrutura (equipamentos, materiais, instalações), humanos (perfil e quantitativo da força de trabalho requerida), suporte institucional, condicionantes normativos etc.

102. Em relação ao aspecto orçamentário das finanças públicas, assinale a alternativa correta.

- a) Indicadores de efetividade medem os efeitos positivos ou negativos na realidade que sofreu a intervenção. Indicam se houve mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais decorrentes dos resultados produzidos pela intervenção governamental. É variável chave para aferir os efeitos de transformação social.
- b) Somente com o novo modelo de PPA (2020-2023) as ações orçamentárias, que antes eram vinculadas às iniciativas, passaram a ser associadas aos objetivos.
- c) Despesa Orçamentária pública também aquela executada por entidade privada e que depende de autorização orçamentária aprovada por ato de conselho superior ou outros procedimentos internos para sua consecução.
- d) O ciclo orçamentário é um processo contínuo, dinâmico e intermitente, por meio do qual se elabora/planeja, aprova, executa, controla/avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro.
- e) O sistema orçamentário compreende as fases de elaboração e execução das leis orçamentárias: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

103. Em relação ao ciclo orçamentário e suas diversas fases elencadas pela doutrina, assinale a alternativa que não corresponde a uma etapa do processo.

- a) formulação do planejamento plurianual, pelo Executivo
- b) apreciação e adequação do plano, pelo Executivo, antes do envio da proposta ao Legislativo.
- c) proposição de metas e prioridades para a administração e da política de alocação de recursos pelo Executivo
- d) apreciação e adequação da LDO, pelo Legislativo.
- e) elaboração da proposta de orçamento, pelo Executivo

104. O orçamento anual é um instrumento de nível operacional do Governo, de curto prazo, no qual se encontram inseridos os créditos orçamentários necessários à realização de políticas públicas de médio e longo prazos. Em relação ao processo orçamentário brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) se a legislação alterasse o exercício financeiro (por exemplo, se mudasse para início em 01/08 e término em 31/07 do ano subsequente), as datas do ciclo também seriam alteradas;
- b) se o mandato presidencial fosse alterado (por exemplo, para cinco anos), o tempo de duração do PPA também seria alterado (porque a duração é até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente. se o mandato aumentasse em um ano, a vigência também seria acrescida em um ano);
- c) em determinado período do ano, poderá haver duas LDO's vigendo simultaneamente. por exemplo, supondo que os prazos fossem cumpridos, se estivéssemos em setembro de 2018, estaria em vigor a LDO-2018 (elaborada e sancionada em 2017, para reger a LOA-2018) e a LDO- 2019 (elaborada e sancionada em 2018, para reger a LOA-2019).
- d) Caso não receba a proposta orçamentária no prazo fixado, caberá ao Poder Legislativo apreciar novamente o orçamento vigente como se fosse uma nova proposta
- e) a Lei nº 4.320/64, no que é pertinente ao orçamento público, estabelece que normas de gestão financeira e patrimonial da Administração direta e indireta devem ser feitas mediante lei complementar.

105. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação. Se houver frustração da receita estimada no orçamento, deverá ser estabelecida limitação de empenho e movimentação financeira, com objetivo de atingir os resultados previstos na LDO e impedir a assunção de compromissos sem respaldo financeiro, o que acarretaria uma busca de socorro no mercado financeiro, situação que implica em encargos elevados. Com relação à programação orçamentária, assinale a alternativa correta.

- a) entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.
- b) Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso
- c) Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da despesa poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- d) No âmbito do Poder Executivo, a programação ficou conhecido como Decreto de Calamidade, que, normalmente, é detalhado por portaria interministerial (MP e MF), evidenciados os valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamentos no decorrer do exercício.
- e) a programação orçamentária e a respectiva execução do orçamento estão concomitantes à publicação da lei orçamentária anual; isso acontece porque é necessário organizar os gastos logo no início do exercício financeiro, de modo a

compensar eventuais perdas de receitas, seja por reduzida arrecadação ou pelas renúncias que poderão ocorrer, ou ainda por aumentos de despesas, inclusive as imprevisíveis.

106. Quanto à abrangência da Programação Financeira, deverão ser considerados os seguintes itens, exceto:

- a) créditos contidos na Lei Orçamentária Anual;
- b) créditos adicionais;
- c) restituições de receitas;
- d) emendas parlamentares;
- e) Restos a Pagar.

107. O fluxo da Programação Financeira alguns passos, exceto o que consta em:

- a) A Unidade Gestora solicita ao Órgão Setorial os recursos financeiros;
- b) O Órgão Setorial consolida as solicitações e encaminha uma única solicitação ao Órgão Central;
- c) O Órgão Central examina, aprova e informa os recursos que serão liberados ao Órgão Setorial;
- d) O Órgão Gestoras redistribui os recursos aprovando os valores a ser liberado às Unidades Setoriais;
- e) O Órgão Central libera os recursos aprovados ao Órgão Setorial.

108. A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, visa a regulamentar a Constituição Federal, na parte da Tributação e do Orçamento (Título VI), cujo Capítulo II estabelece as normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de governo: Federal, Estadual e Municipal. Em relação à LRF, assinale a opção correta.

- a) A LRF substitui, mas não revoga a Lei nº 4.320/64;
- b) Cabe à Lei Complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de Fundos;
- c) Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, fica vedado à União constituir fundo integrado por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei, que disporá sobre a natureza e administração desse fundo;
- d) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei orçamentária anual ou estar prevista em seus créditos adicionais;
- e) a LRF se aplica integralmente a empresas estatais independentes.

109. As doutrina tem adotado um entendimento amplo e têm considerado válidos – como objetivos e como princípios – todos os principais assuntos abordados pela LRF. Além disso, é comum as bancas atribuírem aos termos “objetivos e princípios” os mesmos significados; por exemplo: posso dizer que é objetivo da LRF fortalecer a função de planejamento, ao mesmo tempo que posso afirmar que o planejamento é um princípio da LRF. Em relação aos princípios explícitos e implícitos na LRF, assinale a alternativa incorreta.

- a) Equilíbrio entre receitas e despesas, visando prevenir déficits públicos constantes.
- b) Limitação da dívida pública a nível prudente, passível de ser administrado com os recursos previstos, de forma a não comprometer os investimentos básicos necessários.
- c) Preservação do patrimônio público, com mecanismos de previsão e absorção de eventos imprevistos.
- d) Adoção de política tributária instável, tendo em vista a viabilidade anual de alterações na legislação tributária poderem ser dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- e) Transparência na elaboração, execução e divulgação das leis e demais atos inerentes às finanças públicas, em especial os atos orçamentários.

110. Permanecerão no Orçamento de Investimento as empresas públicas e as sociedades de economia mista que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, desde que atendidos, cumulativamente, às seguintes condições, exceto

- a) integrar o Orçamento de Investimento na Lei Orçamentária do exercício anterior;
- b) estar incluída no Programa Nacional de Desestatização;
- c) possuir plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e em vigor;
- d) observar o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal (teto dos gastos com pessoal);
- e) estar incluída no Plano de Aceleração ao Crescimento (PAC).

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

111. Uma pessoa necessita da quantia de R\$ 12.060,00 daqui a 8 meses. Se aplicar hoje o capital de R\$ 11.250,00 a juros simples, então a taxa anual para obter na data desejada exatamente a quantia que ela necessita é:

- a) 9,6%
- b) 10,8%
- c) 12,0%
- d) 13,2%
- e) 14,4%

112. Dois capitais distintos serão aplicados a uma taxa de 10% ao ano em regime de juros compostos. O primeiro capital será aplicado durante dois anos, gerando um montante igual a R\$ 15.730,00. Já o segundo capital será aplicado por apenas 1 ano, e apresentará um valor de juros igual a R\$ 2.200,00.

O valor da soma dos dois capitais é igual a:

- a) R\$ 25.000,00.
- b) R\$ 28.000,00.
- c) R\$ 32.000,00.
- d) R\$ 35.000,00.
- e) R\$ 38.000,00.

113. Após dois meses, uma aplicação de R\$ 5.000,00 resultou em um montante de R\$

7.150,00. Considerando a taxa inflação de 20% para o bimestre e a incidência de imposto

sobre o rendimento de 20%, a taxa de juros real durante o período de aplicação foi,

aproximadamente:

- a) 12,0%
- b) 12,6%
- c) 13,8%
- d) 14,0%
- e) 14,4%

114. A taxa efetiva quadrimestral que é equivalente a uma taxa nominal de 240% ao ano, capitalizados bimestralmente, é igual a:

- a) 80,00%
- b) 80,20%
- c) 95,20%
- d) 96,00%
- e) 96,20%

115. Descontado 2 meses antes de seu vencimento, um título apresentou um desconto no valor de R\$ 2.250,00. Se a operação realizada foi a do desconto racional simples, a uma taxa de desconto de 30% ao ano, o valor nominal deste título é de

- a) R\$ 42.000,00.
- b) R\$ 43.710,00.
- c) R\$ 45.370,00.
- d) R\$ 46.200,00.
- e) R\$ 47.250,00.

116. Arnaldo deseja comprar um boneco do Batman por ocasião do aniversário do seu filho Bernaldinho. O boneco custa, à vista, R\$ 150,00 e pode ser comprado a prazo com uma entrada de R\$ 75,00 e um pagamento de R\$ 90,00 um mês após a compra. A taxa de juros mensais referente à compra a prazo é:

- a) 5%.
- b) 10%.
- c) 20%.
- d) 25%.
- e) 30%.

117. Uma loja vende um smartphone por R\$ 3.000, podendo esse valor ser pago em três prestações iguais e mensais, sendo a primeira no ato da compra (entrada) e as duas restantes nos meses seguintes. Um cliente propôs o pagamento das duas primeiras parcelas iguais e uma terceira parcela de R\$ 2.000.

Nesse caso, qual será o valor de cada uma das duas primeiras parcelas se a taxa de juros compostos adotada pela loja é de 8% ao mês?

Dados: $1,08^{-1}=0,9259$. $1,08^{-2}=0,8573$. $1,08^{-3}=0,7938$.

- a) R\$ 522,54
- b) R\$ 554,86
- c) R\$ 572,10
- d) R\$ 596,64
- e) R\$ 612,45

118. Um banco realiza empréstimos a uma taxa de juros simples de 12% ao bimestre. Um cliente tomou R\$ 5.000,00 emprestados dia 22 de abril de 2023. Qual o valor dos juros devidos até 04 de maio de 2023?

- a) R\$ 100,00
- b) R\$ 110,00
- c) R\$ 120,00
- d) R\$ 135,00
- e) R\$ 140,00

119. Um Analista de Planejamento e Orçamento do ISS RJ recém empossado comprou um apartamento por R\$720.000,00. O banco financiou a compra desse apartamento em 24 meses com juros de 2% ao mês utilizando o sistema de amortização constante (SAC). A segunda prestação que o analista deverá pagar será de:

- a) R\$ 13.800,00
- b) R\$ 25.800,00
- c) R\$ 37.800,00
- d) R\$ 43.800,00
- e) R\$ 46.800,00

120. Uma dívida contratada por meio do sistema francês de amortização será paga em 100 prestações mensais de R\$ 5.800,00, com a primeira prestação vencendo um mês após a data da contratação da dívida. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% ao mês. Sabendo-se que a amortização incluída no valor da primeira prestação é igual a R\$ 800,00, então, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a:

- a) R\$ 248.384,00.
- b) R\$ 248.400,00.
- c) R\$ 248.464,00.
- d) R\$ 248.612,00.
- e) R\$ 248.800,00.

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

121. No decorrer do processo de discussão do Orçamento da União, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento, foram incluídas emendas parlamentares individuais de caráter impositivo. Sobre as regras relativas a tais emendas, é incorreto afirmar que

- a) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas e executadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto.
- b) o parlamentar poderá alocar recursos a Estados e ao Distrito Federal por meio de transferência especial ou de transferência com finalidade definida, não sendo permitida a alocação para Municípios.
- c) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência com finalidade definida, estes estarão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar e serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
- d) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência especial, pelo menos 70% deverão ser aplicados em despesas de capital.
- e) caso a emenda aloque recursos por meio de transferência especial, estes serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congêneres.

122. O Direito Financeiro consiste no ramo do Direito Público que estuda as finanças do Estado em sua estreita relação com a atividade financeira. Sobre a atividade financeira do Estado, a doutrina ensina que sua finalidade é

- a) obter recursos, realizar gastos e aumentar o próprio patrimônio, ou seja, a atividade financeira do Estado é fim em si mesma.
- b) estabelecer o conjunto de regras jurídicas que tratam somente sobre receitas e despesas públicas.
- c) propiciar recursos para o financiamento da manutenção do Estado e da prestação de serviços públicos, sendo que tal atividade está estritamente ligada ao próprio fim do Estado, ou seja, o bem comum da sociedade.
- d) a exploração de atividade econômica pelo Estado de forma direta, permitindo-se, apenas de forma excepcional, a livre iniciativa e a livre concorrência aos particulares.
- e) arrecadar recursos de forma precípua, relegando a segundo plano a realização de despesas públicas.

123. Normas específicas relativas à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária estão previstas expressamente no texto constitucional. Suponha que a Comissão Mista de Orçamento (CMO), ao exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, depare-se com indícios de despesas não autorizadas. Nesse cenário, é correto afirmar que

- a) a CMO poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de dez dias, preste os esclarecimentos necessários.
- b) a Comissão, imediatamente após a verificação das irregularidades, solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- c) Imediatamente após a verificação das irregularidades, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.
- d) A CMO aplicará aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- e) a CMO poderá solicitar à autoridade governamental responsável que preste os esclarecimentos necessários em cinco dias e, caso não sejam prestados os esclarecimentos, ou estes sejam considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

124. O princípio da universalidade preceitua que todas as receitas e todas as despesas do Estado devem estar contidas na Lei Orçamentária Anual. Os artigos 2º e 3º da Lei nº 4.320/64 já tratavam sobre a universalidade orçamentária e a Constituição Federal, em seu art. 165, § 5º, consolidou o princípio. Sobre o tema, é correto afirmar que a adoção do princípio da universalidade possibilita que:

- a) o orçamento seja elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, chamado exercício financeiro, e que corresponde ao civil.
- b) o orçamento não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- c) conhecer, *a priori*, todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização.
- d) a coexistência de vários orçamentos autônomos, mas que podem ser vistos de forma consolidada, permitindo-se assim uma visão ao mesmo tempo segregada e geral das finanças públicas.
- e) não sejam incluídos no orçamento valores líquidos ou de saldos resultantes do confronto entre receitas e as despesas de determinado serviço público.

125. Em julho de 2022, o Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro verificou que a dotação orçamentária destinada a atender despesas com material de consumo e serviços de terceiros seria insuficiente, razão por que procedeu à abertura de crédito orçamentário adicional com o intuito de atender à tal despesa. Para a abertura do referido crédito, nos termos da Lei nº 4.320/1964, uma possível fonte de recurso utilizada foi

- a) o excesso de arrecadação do exercício anterior.
- b) o superávit financeiro apurado em Balanço Financeiro do exercício de 2021.
- c) o superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2022.
- d) a economia orçamentária verificada no Balanço Orçamentário do exercício.
- e) o produto de operações de crédito autorizadas.

126. A Lei nº 4.320/64 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Sobre as receitas e as despesas públicas, nos termos da referida lei, é errado afirmar que

- a) uma dotação voltada a atender a obras de conservação deve ser classificada como Despesa de Custeio.
- b) o superávit do Orçamento Corrente é uma Receita de Capital.
- c) a aquisição de um imóvel necessário à construção de uma obra será classificado como inversão financeira, enquanto a obra, em si, será categorizada como investimento.
- d) o superávit do Orçamento Corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, não constitui item de receita orçamentária.
- e) recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos devem ser classificados como Receita de Capital.

127. No que tange à dívida pública, com fundamento nos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- a) operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação são permitidas em caso de refinanciamento de dívidas contraídas junto à própria instituição concedente.
- b) as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária serão computadas para fins de atendimento à regra de ouro, nos termos do art. 167, III, da Constituição Federal.
- c) operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação são permitidas em caso de financiamento de despesas correntes.
- d) Estados e Municípios são vedados de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.
- e) se a dívida consolidada de um ente federado ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos dois subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

128. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz regras rígidas acerca dos limites da despesa com pessoal. O Município do Rio de Janeiro possui como limite global

- a) o montante de 50% sobre a receita corrente líquida, sendo 10% para o Legislativo e 40% para o Executivo.
- b) o montante de 60% sobre a receita corrente líquida, sendo 10% para o Legislativo e 50% para o Executivo.
- c) o montante de 50% sobre a receita corrente líquida, sendo que o limite do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro é estipulado juntamente com o Poder Legislativo municipal, o qual possui 8% de limite.
- d) o montante de 60% sobre a receita corrente líquida, sendo que o limite do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro é estipulado juntamente com o Poder Legislativo municipal, o qual possui 6% de limite.
- e) o montante de 60% sobre a receita corrente líquida, sendo que o limite do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro deverá ser contabilizado separadamente, no montante de 0,4%.

129. Estabelecer condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e conter, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais são funções

- a) da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.
- b) apenas da Lei Orçamentária Anual.
- c) apenas da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) apenas do Relatório de Gestão Fiscal.
- e) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

130. Com fundamento no art. 167 da Constituição Federal, permite-se

- a) a instituição de fundos de natureza previdenciária sem prévia autorização legislativa.
- b) a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- c) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa, desde que haja indicação dos recursos correspondentes.
- d) a criação de fundo público, mesmo quando seus objetivos puderem ser alcançados mediante a execução direta por programação orçamentária e financeira de órgão ou entidade da administração pública.
- e) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, sem necessidade da prévia autorização legislativa.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
